

**ANÁLISES SOBRE O PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO CONTRA GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (LGBT): o ensino superior**

Autora: Ayla Campos Pereira<sup>1</sup>

Vinicius Novais Gonçalves de Andrade<sup>2</sup>

**RESUMO:** Esse trabalho apresenta projeto de pesquisa a ser realizada com apoio do programa PIVIC de Iniciação Científica da Faculdade Alfredo Nasser (UNIFAN). Tem por objetivo apreender e analisar a polissemia discursiva de discentes no que se refere a sujeitos travestis e transexuais no Ensino Superior. Trata-se de uma pesquisa com delineamento qualitativo, a ser construída com informações empíricas que foram obtidas durante a realização de extensão universitária (oficina teatral), no Movimento Científico e Cultural de Aparecida de Goiânia (MOCCA), denominada de “Sexo e Sexualidade: do gênero a identidade”, no ano de 2019. Esperamos construir discussões teóricas que permitam compreender e analisar as concepções dos discentes sobre travestis e transexuais no Ensino Superior antes e depois da realização da “Oficina da Sexualidade” e apontar se houveram mudanças discursivas como efeito da participação dos discentes na “Oficina da Sexualidade” realizada no MOCCA 2019.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Superior. Gênero. Travestilidades. Transexualidades.

## 1 INTRODUÇÃO

Este projeto de Iniciação Científica PIVIC (vigência 2020-2021)<sup>3</sup> tem como proposta a de analisar resultados empíricos obtidos no âmbito da pesquisa maior e de dar continuidade ao trabalho de PIBIC – vigência 2019-2020 – denominada “Travestis e Transexuais no Ensino Superior: uma proposta de revisão integrativa de literatura científica” (PEREIRA E ANDRADE, 2020). O primeiro relatório de PIBIC apresentou o objetivo construir uma revisão de literatura e este segundo projeto de pesquisa busca analisar informações empíricas

---

<sup>1</sup> Acadêmica de PIVIC, Iniciação Científica. Vigência 2020-2021. Acadêmica do 8º Período de Psicologia da UNIFAN. E-mail: aylacpereira@gmail.com.

<sup>2</sup> Orientador de PIVIC. Vigência 2020-2021. Coordenador do curso de Psicologia da UNIFAN e Docente da mesma instituição. Estágio Pós-Doutoral pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás com período de Estágio Doutoral Sanduíche na Universidade do Porto – Portugal.

<sup>3</sup> Este trabalho consistirá em uma pesquisa de Iniciação Científica – PIVIC e será um recorte de uma pesquisa maior, intitulada “Análises sobre o preconceito e discriminação contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT): o Ensino Superior em foco” (ANDRADE; PEREZ, 2019).

oriundas da pesquisa realizada por Andrade e Perez (2019), efetivando e confirmando a importância do par dialético teoria-empíria.

Esta temática, travestis e transexuais no Ensino Superior, mostra-se complexa por abordar um grupo populacional considerado ou valorado social e culturalmente como abjeto, o das travestis e transexuais. Abjeto para Butler (2003; 2015a) são os sujeitos da diferença, os que não se deixaram capturar (pelo menos totalmente) pelos poderes hegemônicos quando a categoria de experiência é gênero e sexualidade; são as pessoas que a cultura teme, que a escola execra e que as pessoas em geral valoram como não importantes. São os corpos que não importam para muitos indivíduos, que não são passíveis de luto, ou seja, não farão falta quando morrerem, não serão objeto de saudades ou de choro (BUTLER, 2015b). Como são considerados sujeitos abjetos, não são todos os lugares sociais que podem/devem, por eles, ser frequentado ou ocupado. A escola é um deles e, logo, as universidades e faculdades também entram nesse mesmo bojo como consequência da não inclusão e evasão escolar.

De acordo com Santana (2016, p. 100),

Apesar da existência de políticas que promovam a equidade de gêneros e respeito à identidade de gênero e orientação sexual, no espaço escolar, os modelos sociais de exclusão são reiterados por meio de ações de violência ou descaso, prejudicando os processos de socialização. É nesse ambiente que práticas que legitimem as identidades de gênero na educação assumem uma estratégia fundamental de democratização do acesso público e do reconhecimento social.

O argumento de Santana (2016) nos elucidava sobre uma dinâmica de violência e exclusão social e educacional que se efetiva nas práticas escolares quando os sujeitos são travestis e transexuais. Por outro lado, atribuem valor ao potencial de transformação que a educação possui em relação a democratização do conhecimento, sentimento de pertença social e o vislumbre de construção de um futuro melhor ou com outras e melhores condições materiais de existência.

Na visão de Santana (2016, p. 103), a exclusão de travestis e transexuais dos espaços escolares se dão porque:

Na visão binária “homem” ou “mulher”, o corpo travesti dificulta a realização de um dos principais objetivos da escolarização: a produção do olhar domesticado que, em se tratando de corpos, vê machos e fêmeas antes de qualquer outra distinção. Logo, a travesti questiona o corpo transcendente, as fixações identitárias, os pressupostos da sexualidade, as verdades escolares, a própria construção do sujeito do conhecimento e ainda promete prazer. A instituição escolar não suporta a diferença do corpo travesti.

Nesse mesmo interim, Junior (2012, p. 559) caracteriza aquilo que não possuiria status de ser humano, do social e culturalmente indesejável, daquilo que incomoda a normatividade.

[...] o que está fora das categorias de pensamento socialmente inteligíveis e o interpreta a partir da categoria do ‘monstro’ argumentando que o monstro vive nos limites das categorias: humano, animal, vegetal, mineral, anjo, demônio, homem, mulher, homo, hétero, bissexual, conhecido, desconhecido. A monstruosidade é a infinita e possível *mixagem*, união e ou borramento entre as categorias socioculturais.

Desta forma, historicamente travestis e transexuais foram excluídas dos sistemas de ensino: escola e faculdades e universidades. São primeiramente excluídas pela família, depois escola, igreja e trabalho (CARVALHO; CARRARA, 2013). Como não suportam a pressão social e as repetidas violências, não conseguem se formar no Ensino Médio e, por conseguinte, não transitam nos espaços de Ensino Superior. De acordo com Andrade (2017, p. 244),

Inúmeras pessoas *trans* são violentadas e expulsas de casa quando assumem sua homossexualidade e se intitulam como pessoas *trans*. São vítimas de transfobia no contexto escolar, motivando-as a deixar os estudos. São guiadas pelos discursos e pelas práticas de exclusão social a ocupar as margens e as sombras da sociedade para que ninguém as veja ou saiba de sua existência.

Sportari e Andrade (2019) descrevem e analisam os resultados de uma pesquisa realizada pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, no ano de 2016, acerca do contexto educacional envolvendo sujeitos LGBT. Conforme a pesquisa,

73% dos estudantes que não são heterossexuais no Brasil já foram agredidos verbalmente nas instituições de ensino. Já as agressões físicas ocorreram com um a cada quatro desses alunos. Dos 1.016 jovens entrevistados na pesquisa, 55% afirmaram ter ouvido, ao longo do ano anterior, comentários negativos especificamente sobre pessoas transexuais no ambiente escolar, e 45% disseram que já se sentiram inseguros devido à sua identidade de gênero (SPORTARI & ANDRADE, 2019, p. 194).

Os resultados desta pesquisa demonstram o potencial devastador da violência sobre os corpos e subjetividades de sujeitos LGBT no contexto educacional, o que denota ser uma temática de relevância a ser cada vez mais pesquisada e debatida no campo das ciências bem como no campo educacional, com vistas a efetiva inclusão desses sujeitos, destronando o imperativo da violência e da exclusão.

Entendendo sobre a importância deste objeto de estudo – inclusão de travestis e transexuais no Ensino Superior – é que esse projeto de pesquisa se justifica, compreendendo que travestis e transexuais são tão humanos e sujeitos de direitos como qualquer pessoa não transgênero e que o Estado brasileiro, nossa sociedade e cultura devem possibilitar as condições materiais suficientes e necessárias para que sujeitos LGBT tenham condições de construir um destino próprio que entenda ser o melhor para si. Nesse sentido, assumir essa temática como foco de investigações científicas mostra relevância social e cultural, além de um importante passo, mesmo que indiretamente, na produção de maior qualidade de vida para travestis e transexuais ao fomentar sua inclusão no Ensino Superior.

## 2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é delineada, metodologicamente, como qualitativa a ser construída com informações empíricas que foram obtidas durante a realização de extensão universitária (oficina teatral), no Movimento Científico e Cultural de Aparecida de Goiânia (MOCCA), denominada de “Sexo e Sexualidade: do gênero a identidade”, no ano de 2019. Participaram dessa pesquisa 138 (cento e trinta e oito) acadêmicos de diversos cursos da área da Saúde da referida Instituição de Ensino Superior, (Psicologia, Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia), devidamente matriculados, com idades igual ou acima de 18 anos, com identidades de gênero masculinas e femininas e diferentes orientações sexuais. Ressalta-se que todos os critérios de ética em pesquisa com seres humanos preconizados pela Lei 466/12 (BRASIL, 2012), foram efetivados. São essas informações empíricas, referentes aos 138 participantes da pesquisa, que serão analisados nesta vigência de PIVIC.

Especificamente, tem-se que antes do período de ensaios da oficina, os acadêmicos foram convidados a participar da investigação respondendo a instrumentos de construção de informações empíricas, uma escala de preconceito contra pessoas LGBT (que não terão seus dados analisados nesse estudo) e outro instrumento denominado “Técnica de complementação de frases” (VIETTA, 1996 *apud* BROWN; PEDDER) que proporcionou oportunidade aos alunos de completarem frases, exprimindo seus afetos e concepções em relação a diferentes temas. Esse mesmo processo, aplicação de escala de preconceito e complementação de frases foi repetido após a Oficina acontecer.

Nesse sentido, esta pesquisa de PIVIC analisará os discursos do antes e depois da Oficina da Sexualidade em relação a complementação da seguinte frase: “O que eu sinto

quando vejo travestis e transexuais” buscando apreender se a Oficina da Sexualidade operou transformações discursivas nos participantes da pesquisa.

### **3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS**

Espera-se com esta pesquisa a construção de discussões que contemplem o objetivo de estudo que foi estabelecido para este projeto. Pretende-se que a metodologia de pesquisa empírica qualitativa, ora proposta, possibilite o contato com discussões que se refiram aos processos de construção e reprodução de discursos preconceituosos bem como a identificação de atitudes discriminatórias que historicamente impediram/impedem a inclusão de travestis e transexuais no Ensino Superior, para pensarmos em possibilidades de mudança e superação dos mesmos preconceitos e discriminações.

Os resultados esperados para esta pesquisa denotam originalidade temática, relevância e viabilidade de alcance. Originalidade porque o fenômeno do preconceito e discriminação contra travestis e transexuais no Ensino Superior permanece na invisibilidade, tanto nos espaços universitários quanto na própria produção acadêmica, o que faz desse objeto de pesquisa um tópico de relevância para a agenda de pesquisas que envolvam o Ensino Superior. Os resultados que possivelmente serão alcançados por este projeto de investigação mostram-se viáveis e exequíveis, pois os materiais empíricos, base para sua construção, encontram-se disponíveis para análise.

As discussões e problematizações que serão construídas por este estudo também poderão refletir aproximações com o Projeto Pedagógico do curso de Psicologia uma vez que este nos faz pensar/agir sobre a pluralidade de sujeitos e temáticas presentes no Ensino Superior. Além disso, este projeto de pesquisa mostra-se concatenado com o Código de Ética do Profissional Psicólogo (CFP, 2014, p. 7), quando este institui em seu Princípio de número 2, que: “II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

## 4 CONCLUSÕES

Esperamos proporcionar visibilidade a um grupo populacional historicamente excluído – das travestis e transexuais – do Ensino Superior, comparar a efetividade da Oficina da Sexualidade desenvolvida durante o MOCCA 2019, no que se refere à temática de Gênero e Sexualidade, promover qualificação do processo formativo de alunos de Psicologia em consonância com os preceitos éticos de sua profissão e incitar a produção e difusão de conhecimento científico relevante e original no âmbito da Faculdade Alfredo Nasser. Aspectos esses que serão analisados/apresentados na versão final do Relatório de PIVIC.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. N. G. **Transfobia no percurso denunciativo brasileiro: um estudo a partir do Disque Direitos Humanos da Presidência da República**. 304 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

ANDRADE, V. N. G. **Análises sobre o preconceito e discriminação contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT): o Ensino Superior em foco**. Projeto de Pesquisa Faculdade Alfredo Nasser (não publicado), 2019.

BRASIL. **Resolução 466/2012**. Ética em Pesquisa com Seres Humanos, 2012.

BUTLER, J. *Corpos que importam*. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 12-16, 2015a.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud, y Sociedad, Revista Latinoamericana*. Dossier, v. 2, n. 14, p. 319-351, 2013.

CFP. **Código de Ética do Profissional Psicólogo**. Conselho Federal de Psicologia, 2014.

JUNIOR, J. L. Transitar para onde? Monstruosidade, (des) patologização, (in) segurança social e identidades transgêneras. **Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, 2012.

PEREIRA, A. C.; ANDRADE, V. N. G. **Travestis e Transexuais no Ensino Superior: uma proposta de revisão integrativa de literatura científica**. Relatório de Pesquisa PIBIC, não publicado, 2020.

SANTANA, A. L. A. A vivência das travestis em escolas e no ensino superior brasileiro: uma análise bibliográfica do período 2011-2015. *Revista Científica Fagoc Multidisciplinar* - Volume I, 2016.

SPORTARI, G.; ANDRADE, V. N. G. Crianças trans: o processo de inclusão na primeira etapa do ensino fundamental. **Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate**. v. 5, n. 1, jan.-dez. 2019.

VIETTA, E. P. Técnica da complementação de frases como recurso para expressão vivencial do aluno em véspera de prova. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n. especial, p. 39-49, abr. 1996.